



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA



PARECER Nº. 05/2024

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 31863/2023

ASSUNTO: pagamento de inscrição em curso, aquisição de passagens e concessão de diárias a servidor

INTERESSADO: Presidência da Câmara Municipal de Rio Branco

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ARTIGO 74, CAPUT, DA LEI Nº. 14.133/2021. CAPACITAÇÃO. AGENTE PÚBLICO. CONCESSÃO DE DIÁRIAS E AQUISIÇÃO DE PASSAGENS. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES.

I - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de análise e de parecer jurídico realizado nos autos do procedimento administrativo nº. 31863/2023, o qual se refere à solicitação de pagamento de inscrição em curso de capacitação, aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias para participação da servidora Eliane de Souza Magalhães em evento que acontecerá na cidade de Fortaleza (CE), no período de 23 a 27/01/2024.

É o necessário a relatar.

II - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Inicialmente, vale averbar que a licitação é a regra para a contratação de serviços pela Administração. Todavia, existem situações que excepcionam a realização de procedimento licitatório em razão, por exemplo, da impossibilidade de aferição objetiva dos critérios que viabilizariam a competição, como no caso em tela, de contratação de cursos de capacitação.

Tal circunstância caracteriza inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, *caput*, da Lei nº. 14.133/2021, que dispõe ser "inexigível a licitação quando inviável a competição".

A este respeito, a doutrina de Rafael Oliveira ensina que a inexigibilidade de licitação possui duas características fundamentais, quais sejam: o rol exemplificativo e a vinculação do administrador, veja-se:

A inexigibilidade de licitação possui duas características principais: a) rol exemplificativo; e b) vinculação do administrador, pois, constatada no caso



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA



concreto a impossibilidade de competição, a licitação deve ser afastada, justificadamente, sob pena de se estabelecer procedimento administrativo, que demanda tempo e dinheiro (princípios da eficiência e da economicidade), para se fazerem escolhas subjetivas ao final.
(Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. p.102)

Nesse sentido é possível observar que as hipóteses de inexigibilidade de licitação não se restringem àquelas elencadas nos incisos do art. 74 da Lei nº. 14.133/2021, admitindo-se, portanto, a possibilidade de não realização de certame licitatório quando, no caso, seja constatada a impossibilidade de estabelecimento de critérios objetivos de avaliação e julgamento diante do objeto que se pretende contratar.

Conseqüentemente, impossibilitada a competição, verifica-se a vinculação do administrador uma vez que a escolha se dará por meio de uma avaliação subjetiva, ou seja, juízo de valor pessoal de quem detém a competência para, respeitando o leque de princípios a que se submete a atividade administrativa, notadamente, legalidade, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público, em seu juízo de conveniência, indicar aquele que lhe parecer ser o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Sendo assim, conclui-se que a contratação de curso de capacitação pela Câmara Municipal de Rio Branco pode ocorrer através de procedimento de inexigibilidade de licitação, tendo em vista a subjetividade inerente à pretensa atividade a ser convencionada.

III - DAS FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS NO ART. 72 DA LEI Nº 14.133/2021

Analisada a questão referente à possibilidade de contratação de curso de capacitação mediante inexigibilidade de licitação, cumpre agora ressaltar a necessidade de **formalizar o procedimento de inexigibilidade de licitação** e observar os requisitos legais impostos no art. 72 da Lei nº. 14.133/2021, quais sejam: 1) documento de formalização da demanda; 2) projeto básico; 3) estimativa da despesa e previsão orçamentária; 4) razão de escolha do contratado; 5) justificativa do preço; 6) autorização da autoridade competente. Vide dispositivo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA**



IV - demonstraç o da compatibilidade da previs o de recursos orçament rios com o compromisso a ser assumido;

V - comprovaç o de que o contratado preenche os requisitos de habilita o e qualifica o m nima necess ria;

VI - raz o da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autoriza o da autoridade competente.

Par grafo  nico. O ato que autoriza a contrata o direta ou o extrato decorrente do contrato dever  ser divulgado e mantido   disposi o do p blico em s tio eletr nico oficial.

Ademais, em se tratando da contrata o de serviços pela Administra o P blica, assinalamos a necessidade de se serem demonstrados os requisitos de habilita o previstos no art. 62 da Lei n  14.133/2021 e no art. 33, par grafo  nico, inciso III do Ato da Mesa Diretora n  01 de 6 de março de 2023, que regulamenta a Lei n  14.133/2021.

Lei n  14.133/2021. Art. 62. A habilita o   a fase da licita o em que se verifica o conjunto de informa es e documentos necess rios e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licita o, dividindo-se em:

I - jur dica;

II - t cnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econ mico-financeira.

Ato da Mesa Diretora n  01/2023. Art. 33. O processo de contrata o direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licita o, ser  instruido em conformidade com os requisitos legais e regulamentares que os fundamentarem, observando-se, especialmente, as disposi es do art. 72 da Lei n  14.133, de 2021, bem como os entendimentos jurisprudenciais aplic veis e adequados ao caso concreto.

Par grafo  nico. As aquisi es e contrata es de bens e serviços por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licita o conter o, al m da documenta o b sica para instru o da contrata o e dos par metros indicados no **caput**:

I - proposta comercial da pretensa contratada dentro do prazo de validade;

II - documentos que comprovem a situa o de inexigibilidade ou de dispensa de licita o; e

III - **documentos de habilita o do fornecedor.**

Pois bem. No presente caso, observamos no folder de p. 03 que a solicita o refere-se   participa o no evento intitulado "INFORMA ES LEGAIS DO PODER LEGISLATIVO PARA REALIZA O DAS ELEI ES MUNICIPAIS", podendo-se concluir pela possibilidade de inexigibilidade de licita o na situa o ora em exame, nos termos do art. 74, caput, da Lei n  14.133/2021, conforme fundamenta o esposada no item II deste parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA



Noutra esteira, observamos que a justificativa feita no Documento de Formalização da Demanda e no Projeto Básico (p. 02 e 06/11) atende ao comando legal, porquanto relaciona a pertinência/relevância da capacitação solicitada ao exercício das atividades da beneficiária na Câmara Municipal de Rio Branco.

Porém, é necessário adequar o Projeto Básico às disposições da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

Item 3 (p. 06): fazer referência ao art. 25, caput, da Lei nº 14.133/2021;

Item 6 (p. 09): fazer referência ao art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021;

Item 10: dar a seguinte redação:

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Advertência por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem conseqüências nos prazos e nos valores estabelecidos;

10.2 Multa, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato;

10.3 Multa de 5% (cinco por cento) do valor da nota de empenho, caso a CONTRATADA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços;

10.4 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

10.5 Declaração de inidoneidade que impede o contratado de licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, IV e § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

10.6 As sanções previstas nas subcláusulas anteriores, quando cabíveis, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa;

10.7 A imposição de qualquer penalidade não exige a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à CONTRATANTE.

Item 11: fazer referência aos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

No que tange à justificativa do preço, verificamos que o valor cobrado pela capacitação, qual seja, R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais), mostra-se vantajoso, pois compatível com o preço praticado pela empresa promotora do evento em treinamentos similares, consoante a estimativa de preços realizada através de comparativo constante no projeto básico e folders anexos (p. 12/14).

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira está consignada à p. 44, não havendo qualquer óbice nesse sentido à contratação pretendida.

Quanto às razões de escolha do fornecedor, as informações constantes no programa de realização do curso (p. 03), no projeto básico (p. 06/11) e os atestados



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA



de capacidade técnica (p. 25/27), evidenciam a qualificação técnica da responsável pela realização do evento (Capacitação e Treinamento - CNPJ 39.451.628/0001-49).

Resta demonstrada parcialmente a habilitação jurídica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal, trabalhista e social da pretensa contratada, conforme documentos de p. 15/24 e 28/35. Todavia, é necessário juntar declaração de nepotismo, declaração de que ausência de impedimento de contratar com o Poder Público e declaração de não emprego de menor (art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal), porquanto a declaração de p. 34 apenas repete a de p. 24.

Por fim, o ato que autoriza a contratação ou contrato deve ser divulgado e mantido no sítio oficial da Câmara, além da publicação dos seus termos no Portal de Contratações Públicas no prazo de 10 (dez) dias úteis como condição de eficácia (art. 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

IV - DAS DIÁRIAS E DAS PASSAGENS

No caso em tela, observamos nos bilhetes de reserva viagem de p. 46/47 que a saída da beneficiária da cidade de Rio Branco será em 22/01/2024, com retorno em 27/01/2024, tendo em vista que a capacitação será realizada no período de 23 a 27/01/2024.

Quanto às diárias, tendo em vista o que prescreve o art. 3º da Resolução nº. 05/2014, ratificamos a necessidade de fixação de 5,5 diárias pelo deslocamento supracitado.

V - CONCLUSÃO

Por fim, ressalto que esta manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam dos autos até o presente momento (p. 01/48).

Outrossim, à luz do art. 44 da Lei Orgânica do Município de Rio Branco e do art. 15 da Lei nº. 2.168/16 incumbe a esta Procuradoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Desta feita, entendendo a Administração pela conveniência e pela oportunidade do referido serviço, a esta Procuradoria cabe apenas analisar a legalidade da contratação pretendida.

Sendo assim, entendemos que o procedimento administrativo de nº 31863/2023, cujo objeto é a solicitação de pagamento de inscrição em curso de capacitação, concessão de diárias e compra de passagens aéreas para participação da servidora Eliane de Souza Magalhães em evento que acontecerá na cidade de Fortaleza (CE), no período de 23 a 27/01/2024, necessita das seguintes providências para prosseguimento:



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA**



- i. Retificação do Projeto Básico conforme item III deste parecer;
- ii. Complementação dos documentos de habilitação conforme item III.

É o parecer.

Remetam-se os autos à Presidência.

Rio Branco-AC, 9 de janeiro de 2024.

Renan Braga e Braga
Procurador-Geral em exercício
Matrícula 11.156